

ÉTICA: UMA FERRAMENTA FUNDAMENTAL NA FORMAÇÃO DO INTÉRPRETE DE LIBRAS

Jamacy José Albuquerque de Souza ¹
Érica Dantas da Silva ²
Katiúcia Auxiliadora Tavares Caminha ³
Maria Elisiéth Anacleto de Albuquerque ⁴

RESUMO

Com o advento das novas tecnologias, expansão comercial, globalização, crises políticas, econômicas, sociais, éticas e morais, passou-se a pensar sobre ética. Vivemos com muitas perguntas e cercados de dúvidas sobre o que é, e o que pode ser considerado ética. Nesta discussão sobre conceitos e definições de ética, é preciso pensar em um espaço escolar que discuta, assiduamente, em parceria com o aluno, família e comunidade, a importância da ética na educação e na formação e construção do pensamento do intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), proporcionando-lhes momentos de discussão e reflexão sobre o papel do intérprete e sua importância na comunicação do surdo, além de fornecer subsídios teóricos sobre concepções e conceitos éticos aplicáveis em seu dia-a-dia de vivências. A ética é um dos temas transversais que, atualmente, tem figurado cada vez mais forte nas discussões. Neste estudo, convém ratificarmos a importância da ética na formação do interprete, vez que este é quem dá voz ao surdo, configurando-se de fundamental importância que este, além de conhecer o seu código de ética que norteia sua prática profissional, tenha conhecimento de ética, enquanto elemento norteador da moral e que rege seus princípios. É importante que todos que se propuserem a exaustivo trabalho da docência e/ou interpretação que se qualifiquem sempre, interaja com grupos de surdos com lisura, respeito, ética e amor, pois por mais árduo que seja, estaremos ajudando a outro de nós a se inserir socialmente no seu grupo a interagir com os ouvintes, a ser cidadão.

Palavras-chave: Ética, Educação, Intérprete, LIBRAS.

INTRODUÇÃO

Atualmente, com o advento das novas tecnologias, expansão comercial, globalização, crises políticas, econômicas, sociais, éticas e morais, passaram-se, cada vez mais, a se pensar sobre ética. Mas, o que é ética? O que é ser ético? Ser ético é ser moralmente correto? O que é moral? Vivemos com muitas perguntas e cercados de dúvidas.

No discurso, ouvimos e vemos que ética se aproxima, aparentemente, de dois significados: bem e mal. Para Vázquez (2005, p 23), ética é muito mais do que pensar em bem e mal. Assim, conceitua: “ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em

¹ Licenciado em Letras (UFCG) e Especialista em Filosofia da Educação (FESC/FAFIC), jamacyalbuquerque@hotmail.com;

² Graduada pelo Curso de Pedagogia (UFCG), ericadantasdasilva70@gmail.com;

³ Graduada pelo Curso de Ciências Contábeis (UNIPÊ), katiucia.kt@gmail.com;

⁴ Professor orientador: Especialista em Docência em Ensino Superior (FASP), elisiethge@hotmail.com, (83) 3322.3222

sociedade; moral é o conjunto de normas ou regras adquiridas por hábitos”. Logo, ética e moral são diferentes.

Compreender com clareza o conceito de ética e moral é básico para não cairmos em pressupostos errôneos e de senso comum, que nos faz abrir mão de uma compreensão mais apurada sobre os dois temas acima descritos.

Nesta discussão sobre conceitos e definições de ética, é preciso pensar em um espaço escolar que discuta, assiduamente, em parceria com o aluno, família e comunidade, a importância da ética na educação e na formação e construção do pensamento do intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), proporcionando-lhes momentos de discussão e reflexão sobre o papel do intérprete e sua importância na comunicação do surdo, além de fornecer subsídios teóricos sobre concepções e conceitos éticos aplicáveis em seu dia-a-dia de vivências.

Discutirmos a importância da ética na educação e na formação e construção do pensamento do professor intérprete de LIBRAS é de fundamental importância para melhorar a atuação docente e a formação discente, visto que o Código de Ética do Intérprete busca apresentar um conjunto de normas sobre a profissão (direitos e deveres).

METODOLOGIA

O presente estudo é fruto de observações e vivências docentes que ajudaram a perceber a importância da ética na formação do intérprete de LIBRAS, pois este é voz do surdo para os ouvintes e entendimento por meio da LIBRAS para o surdo. Apesar de já termos conhecimentos de que esta profissão regulamentada por Lei, tem um código de ética próprio, mesmo assim, temos necessidade de fazer uma discussão com o objetivo de refletir e apresentar aportes teóricos que justifiquem a importância da ética enquanto “ciência” para formação do intérprete educacional. Assim, nesta perspectiva optamos por fazer uma discussão utilizando, apenas, o método bibliográfico para podermos demonstrar como é importante à tríade: ética, educação e formação do intérprete na qualidade no ensino de LIBRAS, com a finalidade de formar intérpretes com compromisso, dedicação e sensibilidade no exercício profissional e nos demais momentos de vivências e convivências com o surdo. Consideramos que todo este trabalho busca trazer à tona a importância de uma formação com qualidade, mas também o quanto a ética é importante para formação profissional e humana do sujeito, já que este não atua somente na sala de aula, mas tem toda uma relação construída dentro e fora da escola.

Para tanto, foram feitas pesquisas na base de dados da Scientific Electronic Library Online (SciELO) e em sites do governo federal, utilizando como critério de inclusão os resultados que contivessem dados fieis e recentes, e como critério de exclusão os resultados cujas fontes não fossem confiáveis, ao passo que foram selecionados dois cadernos de pesquisa, um artigo, uma revista, um decreto e duas leis, que serviram como base para o desenvolvimento deste estudo.

DESENVOLVIMENTO

O nosso estudo é fruto de constantes observações e vivências escolares enquanto aluno do Ensino fundamental e Ensino Médio, aluno-docente e, atualmente, professor atuando na rede pública de ensino. Com isso, passamos a perceber que nem os professores nem a sociedade estão preparados para discutir e pensar na importância e na construção de valores morais e éticos com bem comum.

Com esta preocupação, este instrumento de estudo propõe-se a discutir importância da ética na educação e na formação e construção do pensamento do intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A ética é um dos temas transversais que, atualmente, tem figurado cada vez mais forte nas discussões: familiares, entre amigos, entre políticos e, principalmente no ambiente escolar, apresentada, muitas vezes, com conceitos tortuosos, produto de um imaginário social distorcido e que compreende a ética como, simplesmente, bem e negação ao mal.

Para Vázquez (2005 p.23):

Ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. [...] Enquanto conhecimento científico, a ética deve aspirar à racionalidade e objetividade mais completas e, ao mesmo tempo, deve proporcionar conhecimentos sistemáticos, metódicos e, no limite possível, comprováveis. (VÁZQUEZ, 2005)

Estudar ética se faz necessário para contribuir com a legitimação da racionalidade dos envolvidos nas ações comunicativas e ajudá-los na formação de valores e reorganização de outros, além de torná-los racionalmente mais críticos e emotivamente mais preparados.

(83) 3322.3222

contato@conapesc.com.br

www.conapesc.com.br

O propósito da ética

Pensar sobre ética acompanhando todo o contexto histórico que a segue, desde a Grécia Antiga até os tempos modernos, sem dúvidas, é algo difícil. Preocupar-se com as questões éticas da humanidade, sempre foi motivo de inquietação de muitos estudiosos e filósofos que dedicaram/dedicam boa parte de suas vidas a refletir e discutir temas e especulações que envolvam valores éticos e morais.

Assim como a estética se preocupa em discutir sobre o belo e a metafísica se preocupa em falar sobre o ser, a ética se propõe a abordar questões pertinentes às relações sociais dos indivíduos em ação e interação com seu meio, como: caráter, as maneiras e a realizações morais, os valores, ou seja, as razões para que as ações aconteçam. Dessa forma, temos *a priori* um esboço de alguns porquês de se estudar ética.

Pensar e discutir problemas éticos são difíceis, vez que estes se caracterizam pela sua generalidade, ou seja, mais abrangente, enquanto que os problemas morais são mais típicos do cotidiano e de ações concretas dos indivíduos. Se estamos diante de uma situação e nos atemos a tomar decisões ancorados em princípios religiosos, sociais ou que satisfaçam a nossa sentimentalidade, estamos pautando-se no comportamento moral; por outro lado, se formos agir fundamentados em uma conduta ética, logo aboliremos as proposições individuais e usaremos princípios universais para definir a bondade de determinada ação. Vázquez (2005, p. 24) afirma que,

Ética e moral se relacionam, pois, como uma ciência específica e seu objeto... Moral no sentido de conjuntos de normas ou regras adquiridos [...]. Ética, significa “modo de ser” ou caráter enquanto forma de vida adquirida ou conquistada pelo homem. (VÁZQUEZ, 2005)

Contudo, podemos afirmar que ética não define normas, nem dita comportamentos e nem está à margem da moral, mas busca explicar a realização do homem em sua totalidade e refletir como e porque as coisas acontecem. Enfatizamos que os desejos éticos são de cunho reflexivo, não convém a ética formular regras, ditar princípios, estipular normas, cabe a esta tentar investigar e explicar a realização das ações humanas em suas complexidades, diversidades e variedades.

É importante ressaltar que, ao discutir ética, propomos esclarecer dúvidas vinculadas às razões do agir humano nas relações sociais.

Afirma Vázquez (2005, p. 22):

Como as demais ciências, a ética e defronta com fatos. Que estes fatos sejam humanos implica, por sua vez, em que sejam fatos de valor. (...) a ética estuda uma forma de comportamento humano que os homens julgam valioso e, além disto, obrigatório e inescapável. (VÁZQUEZ, 2005)

Entende-se que as ações humanas são produtos de manifestações comportamentais e, assim, podemos assegurar que a ética é ciência ou teoria do comportamento moral em sociedade.

A crise ética e dos valores morais na atualidade

A moralidade da sociedade contemporânea assume hoje uma dimensão inversamente proporcional à sua visão discursiva. Parece que quanto mais se fala em ética e moral, mais escabrosas e imorais se tornam as práticas. O discurso moralizador muitas vezes surge ao lado das revoltas das vítimas da barbárie moral e do cinismo dos principais atores da imoralidade. O comum entre eles é que ambos ficam atribuindo à culpa, muitas vezes, no próprio grupo, nos amigos ou nas instituições. É importante salientar que a discrepância no campo da ética e da moral provém, muitas vezes, de imaginário social cristalizado que carrega embutido valores culturais, sociais, éticos e morais.

Educação e ensino de LIBRAS

A educação tem seu pontapé nas reflexões filosóficas, no início, os chamados pré-socráticos, onde se pensava mais cosmologicamente. Com os debates estabelecidos por Sócrates, Platão e Aristóteles, passou-se a procurar mais racionalmente o sentido das coisas. Com o surgimento das cidades, passou-se a pensar sobre política, ética, estética e conhecimento, conseqüentemente, passou-se a pensar em que homens queríamos formar. Neste momento, começamos a ter filosofia e educação no mundo grego.

A educação também teve reflexões filosóficas ligadas a pedagogia, se preocupando com a forma sistemática que atenda às necessidades de formação do homem e discuta o seu papel na sociedade. Com o passar dos tempos as pesquisas se sistematizaram para o campo mais pedagógico e vários teóricos da educação começaram a fazer suas reflexões mais didáticas e voltadas para a prática educativa.

Mesmo assim os filósofos não deixaram de acompanhar criticamente a pedagogia, pois cabe a eles, também, pensar e minar as concepções da humanidade de novos questionamentos e propostas. Tudo isso nos ajuda a pensar em educação e nos faz comungar com a ideia: “cabe à filosofia, entre outras coisas, examinar a concepção de humanidade que orienta a ação pedagógica” (ARANHA, 2006 p.25).

Mais sistematicamente vamos ver que desde o grande Sócrates percebeu-se que o ato de educar não se resume a simples transmissão de ideias. Com isso, os grandes desafios sempre giraram em torno de como educar o homem. Afirma o professor Libâneo (2007, p.64) que “educar é conduzir de um estado a outro, é modificar numa certa direção o que é suscetível de educação”. Todos os homens são passíveis de serem educados formalmente, alfabetizados, escolarizados, porém quando se fala na educação para pessoa surda, há entraves.

Há muitos anos foram abertas discussões e reflexões de como educar a pessoa surda. Tais discussões podem ser vistas com base no quadro abaixo, que assim divide os momentos discursivos:

Historicismo	História crítica	História Cultural
=>Os surdos narrados como deficientes e patológicos;	=>Os surdos narrados como coitadinhos “que precisam de ajuda para se promoverem, se integrar;	=> Os surdos narrados como sujeitos com experiências visuais;
=>Os surdos são categorizados em graus de surdez;	=>Os surdos têm capacidade, mas dependentes.	=>As identidades surdas são múltiplas e multifacetadas;
=>A educação deve ter um caráter clínico-terapêutico e de reabilitação;	=>A educação como caridade, surdos “precisam” de ajuda para apoio escolar, porque tem dificuldades de acompanhar;	=>A educação de surdos deve ter respeito à diferença cultural;
=>A língua de sinais é prejudicial aos surdos.		=>A língua de sinais é a manifestação da diferença

	=>A língua de sinais é usada como apoio ou recurso	linguística-cultural relativa aos surdos.
--	--	---

Fonte: Karin Strobel

A educação de pessoas surdas foi mudando e os surdos passaram a ser vistos como capazes de aprender. A partir da década de 60, especialmente, depois dos trabalhos de William Stokoe, linguista americano, que retomou a questão dos sinais e apresentou a língua de sinais como uma língua legítima e com estrutura própria.

No final do século XX e início do século XXI houve um processo de reestruturação e redirecionamento dos estudos da educação de surdos, surgindo novos desafios, principalmente na formação de profissionais que fossem capazes de ensinar e interpretar a LIBRAS. Com isso surgem duas profissões distintas: o professor intérprete e o professor tradutor. O professor intérprete é aquele que faz interpretação imediata e simultânea do que é dito pelo surdo; o professor tradutor é aquele que faz a tradução que não é instantânea nem simultânea, e pode ser individual ou em grupo.

O tradutor intérprete educacional teve seu espaço garantido pela lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, regulamentada pelo decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e posteriormente com a Lei de 1º de setembro de 2010, que regulamenta a profissão de tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Conforme o artigo 17, a formação do tradutor e intérprete de Libras – Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de Curso Superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa, a mesma Carta legal no art. 18 define que nos próximos dez anos, a partir da publicação desta Lei, a formação de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de: I - cursos de educação profissional; II - cursos de extensão universitária; e III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por secretarias de educação.

Faz-se necessário esclarecermos que a função do intérprete de Libras, especialmente, o intérprete de sala de aula. Consoante (Quadros 2002, p.59): “o intérprete educacional é aquele que atua como profissional intérprete de línguas de sinais na educação”. Afirma a autora que ao intérprete cabe realizar a interpretação da língua falada, o português ou língua fonte, para língua sinalizada, a LIBRAS ou língua alvo, e vice-versa.

Desafios na formação do intérprete

Nem todos que têm uma formação superior podem ser intérpretes. Quem deve estar preparado para o exercício são pessoas que foram instruídas para tal fim, pois são estes que passaram por cursos de licenciatura ou pedagogia onde adquiriram subsídios teóricos e práticos para o exercício da profissão. Afinal, ser um Engenheiro Químico, dar aulas de Química e não ter jeito para lidar com adolescentes, possivelmente sua aula não terá proveito.

É importante lembrar que para trabalhar em sala de aula devemos ter excelentes conhecimentos didáticos-pedagógicos, boa formação profissional, boa formação ética, moral e política aliada a constante busca pelo saber e por novas informações que consubstancie as já existentes e ajude a incrementar a implementação de novas ideias e conhecimentos. Vemos que todos estes requisitos se remetem para um profissional que leciona em salas de aulas onde todos sejam ouvintes. Reflitamos: como deverá/deve ser a formação do intérprete de LIBRAS? A Lei Nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, estabelece o perfil conforme transcrevemos:

Art. 4º A formação profissional do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

I - cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou;

II - cursos de extensão universitária; e

III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação.

Parágrafo único. A formação de tradutor e intérprete de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no inciso III.

Art. 5º Até o dia 22 de dezembro de 2015, a União, diretamente ou por intermédio de credenciadas, promoverá, anualmente, exame nacional de proficiência em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Parágrafo único. O exame de proficiência em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento dessa função, constituída por docentes surdos, linguistas e tradutores e intérpretes de Libras de instituições de educação superior. (BRASIL, 2010)

A inserção e inclusão de alunos surdos é uma inovação que exige da escola novas formas de pensar, a necessidade de capacitar professores, pedagogos e pessoal de apoio de modo que todos se tornem aptos a atender as necessidades que tem o surdo, proporcionando-lhes progressos significativos em sua aprendizagem.

No entanto, na maioria das vezes, não é isso que acontece na realidade das escolas. Indivíduos sem nenhuma habilidade assumem a responsabilidade de intérprete educacional somente para atender a fins eleitoreiros e constar o nome para fins de fiscalização,

comprometendo todo um ciclo educacional que deixa de ser contemplado prejudicando sempre a pessoa surda

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme vimos nas discussões que subsidiaram este estudo, convém ratificarmos a importância da ética na formação do interprete, vez que este é quem dá voz ao surdo, configurando-se de fundamental importância que este, além de conhecer o seu código de ética que norteia sua prática profissional, tenha conhecimento de ética, enquanto elemento norteador da moral e que rege seus princípios. Ética deve ser sempre vista como elemento norteador de práticas que visam o bem comum.

Enfatizamos que é importante que todos os que se propuserem ao exaustivo trabalho da docência e/ou interpretação que se qualifiquem sempre, interajam com grupos de surdos e façam seu trabalho com lisura, respeito, ética e amor, pois por mais árduo que seja, mais complicado que se pareça, estaremos ajudando a outro de nós a se inserir socialmente no seu grupo, a interagir com os ouvintes e a ser cidadão.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. L. A. Filosofia da educação. 3. ed. São Paulo: Editora Moderna, 2006. p. 25.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 12 de julho de 2019.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm>. Acesso em: 12 de julho de 2019.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm>. Acesso em: 12 de julho de 2019.

LIBÂNEO, J. C. Pedagogia e pedagogos, para quê? São Paulo: Cortez, 2001, p.64.

QUADROS, R. O tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa/ Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos- Brasília: MEC; SEESP, 2002.

STROBEL, K. História da Educação de Surdos. Florianópolis, 2009. Disponível em: <http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificica/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf>. Acesso em: 12 de julho de 2019.